



CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DO REITOR

ANTÓNIO FIDALGO

Discurso do Reitor
7 setembro 2017

Discurso de Tomada de Posse como Reitor da UBI

1- As universidades portuguesas são hoje instituições prestigiadas na sociedade nacional e são, com justiça, motivo de orgulho das cidades e regiões que as acolhem e lhes dão o nome. Ao mesmo tempo que são actores sociais, culturais e económicos da maior relevância, as universidades assumem também uma função de representação e de identidade das respectivas comunidades. São, pois, elementos cruciais e imprescindíveis de nacionalidade, pelo que não é possível conceber um país, ciente de si, sem universidades, de modo similar à necessidade incondicional de instituições de justiça ou de defesa.

As tarefas fundamentais do Estado elencadas no artigo 9º da Constituição da República serão realizáveis se houver um contributo efectivo das universidades. A garantia da independência nacional e dos direitos e liberdades fundamentais, a defesa da democracia política, a promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo português, a valorização do património cultural e da língua portuguesa, a coesão do território nacional, nomeadamente, serão reforçadas ou debilitadas na medida em que as universidades cumpram a sua missão. De facto, a execução séria de tais tarefas exige também que as universidades i) façam formação humana, cultural, científica e técnica; ii) realizem investigação fundamental e aplicada; iii) prestem serviços à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca; iv) façam intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras; e v) contribuam no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de expressão oficial portuguesa e os países europeus (na formulação inspirada da Lei 108/88, a da Autonomia das Universidades).

A autoridade do Estado consiste na capacidade de realizar tais tarefas. Perde-se essa autoridade quando, por incompetência ou omissão, as instituições directamente responsáveis por assegurarem as referidas tarefas falham, seja na protecção e defesa das populações, seja no acesso à justiça e aos cuidados de saúde, seja na educação em todos os seus níveis, seja na protecção do património e da coesão territorial.

É sobretudo quando o Estado falha nos seus deveres, nomeadamente de assistência às populações em todo o território nacional, que se torna imperativa a existência de instituições fortes, que, quais marcos geodésicos, sinalizem que ali, por onde as serras ardem, as aldeias são ameaçadas na sua existência, as escolas primárias há muito encerraram, e os postos de saúde e da GNR fecharam, não estamos em terras de ninguém, mas em terras de Portugal.

A Universidade da Beira Interior tem procurado ao longo da sua existência cumprir e honrar a missão que lhe incumbe. Ninguém de boa fé poderá negar o contributo que tem dado a Portugal e à região. Procuramos dar a melhor formação científica e técnica aos nossos alunos e, com isso, torná-los mais cultos e mais humanos, cidadãos empenhados na causa pública e comum. O incremento que temos tido na produção científica é assaz notável, e terá sido por isso que somos a

mais jovem universidade portuguesa a integrar as 150 melhores universidades mundiais com menos de 50 anos na lista do *Times Higher Education*. O compromisso com a região tem sido extremamente frutuoso. Temos parcerias com os institutos politécnicos da Guarda e Castelo Branco, com as autarquias da região e com múltiplas empresas. Graças à Faculdade de Ciências da Saúde houve uma melhoria significativa nos cuidados de saúde prestados pelos hospitais e centros de saúde da região. E felizmente esse compromisso tem sido reconhecido. Três municípios da região atribuíram-nos recentemente a medalha de mérito em ouro.

Ao iniciar o segundo mandato de reitor da UBI, quero solenemente afirmar a mais forte determinação em tudo fazer para que a UBI cumpra a sua missão e, desse modo, seja uma instituição modelar na execução das tarefas que lhe são próprias enquanto universidade e, assim, contribuir para a autoridade do Estado e correspondente sucesso na prossecução das suas tarefas. Porque, no fim, é isso que todos desejamos e que dá sentido às instituições em que trabalhamos e às quais pertencemos.

2- Há quatro anos, aquando da primeira tomada de posse, chamei a atenção para a insustentabilidade das instituições do ensino superior no interior de Portugal por simples razões demográficas. Continuamos com uma natalidade baixíssima e o perigo de então agudizou-se. Cada vez teremos menos alunos a concorrerem ao ensino superior. É evidência dos números. Basta olhar para o ensino básico e secundário. É verdade que, excepcionalmente, este ano teremos mais candidatos que vagas no Concurso Nacional de Acesso, mas isso deve-se à extensão da escolaridade obrigatória até aos 18 anos. De 2018 em diante teremos um decréscimo contínuo de 2% ao ano nos alunos que finalizam o secundário ou o profissional. Alguém acredita que esse decréscimo afectará equitativamente todas as IES do país, de que se fará sentir em Lisboa ou no Porto? Com certeza que não. Esses 2% à escala nacional concentrar-se-ão, multiplicados por muitos, nos politécnicos e nas universidades do Interior.

Felizmente que o governo anterior publicou em Março de 2014 o Estatuto do Estudante Internacional, permitindo com isso que as instituições de ensino superior portuguesas captassem alunos de outros países. Foi uma medida legislativa da maior importância cuja aprovação as instituições ansiavam há muitos anos, e de que a UBI foi exímia em tirar partido. Dos 7.000 alunos que o ano passado frequentavam a UBI, 1.000 eram estrangeiros, na grande maioria vindos dos países de língua portuguesa, em particular Brasil e Angola. Continuamos a prosseguir esse caminho; o de captar cada vez mais alunos internacionais em medida superior à que minguarem os nacionais.

O que disse e escrevi em múltiplas ocasiões repito-o novamente: Portugal tem sobejas vantagens competitivas para tornar o ensino superior uma mais valia extraordinária, seja na sua afirmação no mundo, tornando-se o Massachusetts do universo lusófono de 260 milhões de habitantes, seja na renovação demográfica de que tanto necessita, seja na criação de um sector económico de alto valor acrescentado. Pode parecer estranho ser uma universidade do interior, longe de portos e aeroportos, a mostrar o caminho a seguir no inverno demográfico em que mergulhámos. A essa estranheza respondemos com a história: daqui saíram Pêro

da Covilhã e Pedro Álvares Cabral para que o mundo fosse mais mundo. E nós somos uma universidade do mundo e para o mundo.

3- Minhas senhoras e meus senhores, a UBI tem cumprido as suas tarefas e servido bem Portugal. Dinamizamos o Interior, rejuvenescemos o país, levamos o nome de Portugal além-mar, criamos laços com as mais distantes e variadas partidas do mundo.

Porém, todo o serviço que prestamos está a ser posto em causa por uma asfixia financeira que se agrava de ano para ano e que resulta de um subfinanciamento já crónico da Universidade da Beira Interior, um subfinanciamento que é indevido, injusto, gritante pela dimensão e escandaloso pela duração.

Indevido e injusto porque resulta de um histórico que prejudica as instituições mais novas, quando devia ser o contrário. Gritante pela dimensão porque, segundo o modelo de financiamento elaborado pelo governo português em 2015, a UBI deveria receber pelo serviço educativo prestado mais 23%. Escandaloso na duração porque há mais de uma dúzia de anos que os reitores da UBI têm vindo a reivindicar reiteradamente uma fórmula clara de financiamento do ensino superior público.

Em 2005 a dotação do OE atribuída à UBI foi de 21 milhões e 100 mil euros, montante suficiente para cobrir as despesas de pessoal de 20 milhões e 700 mil euros; incluindo já os encargos com a segurança social. Em 2016 a UBI recebeu do OE 22 milhões e 900 mil euros e as despesas de pessoal foram de 28 milhões e 500 mil euros. Isto é, a UBI teve de suportar, com receitas próprias, 5 milhões e 600 mil.

De quem é culpa deste diferencial? Fomos nós que gerimos mal? Aumentámos principescamente os salários dos professores ou contratámos novo pessoal a esmo? Nem uma coisa, nem outra. Em 2005 tínhamos 447 docentes ETI e em 2016 temos 447 docentes ETI; sim, sim, o mesmo número de professores. O aumento salarial de 3 milhões de euros deve-se, e bem, à qualificação do pessoal docente, sobretudo com a passagem automática, por lei, da categoria de assistente à de professor auxiliar. Os 120 assistentes que tínhamos em 2005 fizeram entretanto o seu doutoramento e são hoje professores do quadro. E que dizer dos funcionários? Em 2005 a UBI tinha 270 funcionários, hoje tem 249. Mas os alunos, esses aumentaram significativamente. De 5.300 em 2005 passámos para 7.000 alunos em 2016.

A dotação do OE aumentou numa dúzia de anos de 21.1 milhões para 22.9 milhões, ou seja, mais 1.8 milhões. Mas desse dinheiro devolvíamos em 2005 ao Estado, com os encargos da segurança social, 500 mil euros, em 2016 devolvemos 5.5 milhões. Na contabilidade final, recebemos de facto menos 3.7 milhões para salários e funcionamento da instituição. Eu sei que isto é de pasmar, inacreditável, mesmo surreal. Mas estes são os números do nosso garrote orçamental que porfia em continuar para 2018.

Em 11 de Agosto deste ano a UBI foi notificada de que a dotação orçamental do OE para 2018 era de 24.371.488 €. Fizemos as contas e vimos que não chegava, mesmo juntando todas as nossas receitas próprias previstas de 10,3 milhões de euros. Precisamos de um milhão e 230 mil euros adicionais para termos o equilíbrio de receitas e despesas. Ou seja, não estávamos em condições de preencher a plataforma da DGO, ou mais exactamente, estávamos impossibilitados, pelas regras sãs da contabilidade e pela lei, de a preencher.

Da impossibilidade de a UBI submeter a proposta de orçamento para 2018 dei conta ao Sr Ministro da Ciência e Ensino Superior, por telefone e por ofício, dia 17 de Agosto. É certo que na proposta de orçamento de 2016 não orçamentámos 1.8 milhões de euros, nomeadamente o subsídio de férias, e disso informámos por ofício a DGO, e na proposta do orçamento de 2017 sobre-orçamentámos 1.2 milhões, dando igualmente conta do facto no documento de submissão. Mas é altura de dizer basta. Um orçamento deve ser um instrumento de rigor e de seriedade, com todas as despesas previstas elencadas, e sem receitas empoladas.

Entretanto, do facto de não termos submetido a proposta de orçamento este ano dei conta ao Presidente do Conselho Geral, solicitando-lhe uma reunião extraordinária do órgão, e pedi também uma audiência à Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República para expor o subfinanciamento da UBI e a impossibilidade de, seguindo as regras contabilísticas, não termos podido submeter na plataforma da DGO a proposta de orçamento para 2018. Esperamos agora que o Parlamento, em sede de discussão do OE, corrija uma situação injusta que as sucessivas tutelas governamentais não têm querido resolver, ou não têm sido capazes de o fazer.

4- Minhas senhoras e meus senhores, se há tarefas do Estado em que o regime democrático obteve progressos absolutamente notáveis ao longo dos 43 anos após Abril, há uma em que falhou escandalosamente: a coesão do território. Nunca tivemos um país tão desigual, de risca a três quartos, em que o quarto do litoral prospera e os três quartos do interior definham a olhos vistos. É um escândalo esta desigualdade crescente, sobretudo quando Portugal recebe milionários fundos comunitários em nome da coesão dos territórios da União Europeia e acaba, ao fim e ao cabo, no uso desses fundos, por cavar ainda mais o fosso interno que existe entre a faixa do litoral e o interior. Não nos move a inveja. Alegremo-nos e orgulhamo-nos por as nossas metrópoles, Lisboa e Porto, se tornarem destinos turísticos mundiais, mas o que não pode ser é que os fundos de coesão europeus sejam um factor de desequilíbrio do território nacional.

Ora isto ocorre também na ciência. Há um fosso enorme, cada vez maior entre o litoral e o interior que em muito, muito mesmo, prejudica, as universidades do interior. Ilustrativa desta situação é a medida legislativa recentemente tomada sobre o emprego científico, o Decreto Lei 57/2016. Alvo de acesa polémica académica, comunicacional e até institucional, pois promulgado com muitas reticências pelo Presidente da República, há uma componente dele que é linear e que não sofre qualquer contestação: aplica-se a bem dizer apenas às universidades do litoral. Dos eventuais 1000 bolseiros envolvidos, que verão a sua bolsa passar a contrato de trabalho, menos de dúzia e meia se encontram nas universidades do

interior. Os 57 milhões de euros que a FCT se propõe gastar com esta iniciativa ficarão assim nas universidades do Litoral.

Este caso é ilustrativo porque ele mesmo é o resultado natural de uma concentração do financiamento científico nas instituições do litoral. Nenhum dos 26 Laboratórios Associados, que recebem dois terços das verbas da FCT, se encontra numa universidade do interior.

Sempre considerei, e publiquei, que foi um enorme erro a separação feita *ab initio* em 1997 entre o sistema científico nacional e as universidades, separação realizada com a criação da FCT sob a tutela de José Mariano Gago, ficando as universidades sob a tutela do Ministério da Educação de Eduardo Marçal Grilo. Essa separação instaurou a esquizofrenia da comunidade académica, à vez investigadores da FCT e docentes universitários. As unidades de investigação e os laboratórios associados ficaram na quase totalidade integrados nas universidades, tanto nos recursos humanos como nas instalações, com os custos fixos daí resultantes, mas a tutela das novas unidades ficou do novo ministério; à FCT cabia reconhecer, avaliar e financiar as unidades sediadas nas diferentes universidades.

É verdade que as universidades encontraram uma nova fonte de financiamento, na qualificação do pessoal docente, em particular nas bolsas de doutoramento dos assistentes, na aquisição de estruturas e equipamento científico, na cooperação internacional, e até em funcionamento. Só que à custa da sua autonomia científica. As unidades de investigação, que serviam de veículo a esse financiamento, não respondiam aos órgãos universitários, nem a reitores, nem a conselhos científicos das faculdades, mas apenas e tão só aos painéis de avaliação da FCT. Erguendo um mundo próprio sobre as universidades, o sistema FCT constituía certamente um ataque ao corporativismo universitário, mas fazia-o parasitariamente, pois dependia vitalmente delas.

Um breve parêntesis. O tempo tudo leva e tudo faz esquecer, mas seria bom que, por um momento, nos lembrássemos das lutas épicas travadas entre os reitores e o Ministro Mariano Gago quando este assumiu os dois pelouros no Governo de José Sócrates. Pode ser que ainda esteja na memória de alguns o Programa Prós e Contra da RTP1 de 27 de Novembro de 2006 “Sobre o Futuro do Ensino Superior” que pôs frente a frente o Ministro e os reitores. O título parangona do jornal Público no dia seguinte ao debate era: “Universidades sem dinheiro do estado para os subsídios de Natal”

A esquizofrenia tornou-se iníqua para as universidades do interior. Sendo o orçamento das unidades de investigação feito com base na respectiva avaliação, com os laboratórios associados todos classificados de Excelente, muitos dos docentes das universidades periféricas integram-se nas unidades das universidades do litoral. As pequenas pagam os salários, as grandes ficam com o financiamento e a mais-valia da produção científica.

O DL 57/2016 aprofunda a iniquidade decorrente da esquizofrenia entre ensino universitário e ciência. A UBI tem 3 bolseiros que beneficiarão dos contratos de trabalho propiciados pelo diploma do emprego científico. Mas só a nossa

Faculdade de Artes e Letras tem 29 docentes convidados a 50%. É óbvio que gostaríamos de abrir concursos de professor para os integrar na carreira, mas só um humor negro pode afirmar, perante a situação orçamental asfixiante que é a nossa, que a UBI tem folga para abrir concursos.

O contrato que as universidades celebraram com o Governo em Julho de 2016 estipulava que o Governo se comprometia a criar um quadro legal e de apoio financeiro adequado a que fossem contratados, até 2019, pelas universidades públicas e instituições a ela associadas, pelo menos 2.000 docentes e investigadores; e especificava mesmo que esse apoio financeiro se traduziria no suporte, pelo menos, de cinquenta por cento dos encargos salariais com a contratação, pelas universidades públicas, de 600 novos docentes.

Todo este compromisso se esboroa com o que já sabemos das propostas de orçamento para o ES em 2018. Com efeito, à completa revelia do contrato entre as universidades e o governo, a circular da DGO para a preparação do OE de 2018 determina que as Universidades devem prever uma verba para financiamento de aumentos salariais do pessoal com contrato permanente e que tal verba deve corresponder a um valor até 1/3 do montante total da eventual reposição progressiva nas carreiras, a suportar por receitas próprias das Universidades. Isto significa uma diminuição efectiva de 2% no orçamento das IES.

5- Minhas senhoras e meus senhores. Para terminar, não esqueço que este é um discurso de tomada de posse. O trabalho que se fez, faz e fará na UBI é um trabalho de equipa. Comigo tomaram posse também os vice-reitores, pro-reitores e administrador. Aos que transitam do mandato anterior (Profs Mário Raposo, Paulo Moniz, João Canavilhas, José Páscoa, Manuel Lemos) agradeço muito sinceramente o trabalho realizado. O maior louvor que lhes posso fazer, é que prossigam na mesma senda ao longo deste mandato. A UBI tem sido a nossa paixão conjunta. Trabalhar com eles foi, e vai continuar a ser, para mim, um enriquecimento humano e académico muito grato. Uma palavra neste momento de grande apreço à Prof. Isabel Cunha, que cessou funções como Pro-reitora da Qualidade, e que fez um trabalho extraordinário. Às Professoras Ana Catarina Carapito e Anabela Dinis desejo muita felicidade e sucesso no cumprimento das novas missões. A sua energia e competência serão um reforço da equipa.

Agora mesmo no fim, uma nota de confiança, que em nada esmorece o espírito de luta que coloquei no discurso. Tenho a certeza de que mais uma vez a UBI saberá fazer força das suas fraquezas. O ensino que ministramos, a ciência que fazemos, os serviços que prestamos à comunidade, a parcimónia da gestão, e sobretudo o ambiente de estudo que caracteriza a UBI, são garantes seguros de que nos próximos anos continuaremos a melhorar, a singrar pelos oceanos da ciência e da cultura, apesar de ventos e marés.